

PROGRAMA DE FOMENTO - RETOMADA DO AUDIOVISUAL CARIOCA 2024

ANEXO VII - DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO - DISTRIBUIDORA

1. Alvará de funcionamento, caso a empresa tenha sede no município do Rio de Janeiro;
2. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
3. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>
4. Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) no Município do Rio de Janeiro;
www2.rio.rj.gov.br/smf/forms/pesquisa.asp
5. Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda;
www4.fazenda.rj.gov.br/certidao-fiscal-web/emitirCertidao.jsf
6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces
7. Certidão de Regularidade Fiscal Imobiliária (IPTU) no caso de empresa proprietária de imóvel no município do Rio de Janeiro.
[http://www2.rio.rj.gov.br/smf/iptucertfiscal/.](http://www2.rio.rj.gov.br/smf/iptucertfiscal/)

Caso a proponente não seja proprietária de imóvel no município do Rio de Janeiro, deverá apresentar uma declaração de não propriedade (em papel timbrado, datada e assinada pelo(s) dirigente(s) da empresa) nos seguintes termos, conforme o caso:

*Eu, (nome do dirigente da empresa), portador(a) da carteira de identidade nº (número) e do CPF nº (número), representante legal pela empresa (razão social), inscrita no CNPJ nº (número), no exercício da competência conferida pelos estatutos sociais da empresa, **DECLARO** que a empresa não é proprietária de imóvel situado no município do Rio de Janeiro e responsabilizo-me pessoalmente por esta declaração, sob pena de violação ao artigo 299 do Código Penal.*

8. Certidão da Dívida Ativa expedida pela Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro;
<https://daminternet.rio.rj.gov.br/certidao/Requerimento>
9. Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa expedida pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro;
<https://pge.rj.gov.br/divida-ativa/certidao-de-regularidade-fiscal>
10. Declaração de “conta PROJETO”, em papel timbrado, com detalhamento dos dados cadastrais (Razão Social e CNPJ), datado e assinado pelo representante legal da PROPONENTE, nos seguintes termos:

Declaro que a conta abaixo é destinada a execução de recursos investidos pela RIOFILME referentes a realização do projeto (nome do projeto), selecionado no PROGRAMA DE FOMENTO PRÓ-CARIOCA AUDIOVISUAL 2024, sendo que a mesma encontra-se zerada e será de uso exclusivo do projeto.

Conta PROJETO:

Banco: (nome e número)

Agência: (número)

Conta: (número)

11. Planilha Orçamentária em arquivo formato Excel

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO - PRODUTORA DA OBRA AUDIOVISUAL

1. Cópia do contrato social com última alteração;
2. Cópia de documento oficial de identificação com foto do representante legal da empresa que contenha CPF
3. Alvará de funcionamento;
4. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
5. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>
6. Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);
www2.rio.rj.gov.br/smf/forms/pesquisa.asp
7. Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda;
www4.fazenda.rj.gov.br/certidao-fiscal-web/emitirCertidao.jsf
8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces
9. Certidão de Regularidade Fiscal Imobiliária (IPTU) referente ao imóvel onde a PROPONENTE está estabelecida; <http://www2.rio.rj.gov.br/smf/iptucertfiscal/> . Caso a proponente não seja proprietária do imóvel sede, deverá apresentar uma declaração de não propriedade (em papel timbrado, datada e assinada pelo(s) dirigente(s) da empresa) nos seguintes termos, conforme o caso:

*Eu, (nome do dirigente da empresa), portador(a) da carteira de identidade nº (número) e do CPF nº (número), representante legal pela empresa (razão social), inscrita no CNPJ nº (número), no exercício da competência conferida pelos estatutos sociais da empresa, **DECLARO** que a empresa não é proprietária do imóvel situado no endereço (endereço) onde atualmente está sediada e responsabilizo-me pessoalmente por esta declaração, sob pena de violação ao artigo 299 do Código Penal.*

8. Certidão da Dívida Ativa expedida pela Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro;
<https://daminternet.rio.rj.gov.br/certidao/Requerimento>
9. Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa expedida pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro;
<https://pge.rj.gov.br/divida-ativa/certidao-de-regularidade-fiscal>